



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

LINDALVA DOS SANTOS COSTA

**O SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
TRAÇOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

GUARABIRA – PB

2014

LINDALVA DOS SANTOS COSTA

**O SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
TRAÇOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Professora Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

GUARABIRA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837s Costa, Lindalva dos Santos

O sujeito da educação de jovens e adultos [manuscrito] : traços de uma história em construção / Lindalva dos Santos Costa. - 2014.
20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Mônica de Fátima Guedes de Oliveira,
Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. História da educação. 3.
Aluno. I. Título.

21. ed. CDD 374

**O SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAÇOS DE
UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO.**

Aprovada em 10 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof^a. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira (UEPB)

(Orientadora)

José Otávio da Silva

Prof^o Ms. José Otávio da Silva (UEPB)

(Examinador)

Silvânia Lúcia de Araújo Silva

Prof^a. Ms. Silvânia Lúcia de Araújo Silva (UEPB)

(Examinadora)

GUARABIRA – PB

2014

Dedico este trabalho em primeiro lugar a, JESUS CRISTO, que me permitiu esta vitória; ao meu esposo e filhos, que com muito esforço e carinho me apoiaram em todos os momentos de dificuldade, eles são anjos de luz que iluminam cada passo de minha vida, e a toda a minha família que me ajudaram em todos os momentos desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tornar possível a conclusão deste curso.

Ao meu esposo, Luiz, que sofreu com minha ausência.

Aos meus irmãos, Manoel Antônio, Maria José, Lourdes, Penha, Socorro, Wellington e Francisco que de alguma forma contribuíram pra que eu concretizasse este tão sonhado curso, Pedagogia.

As minhas amigas, Maria Dalva e Josielma, companheiras de trabalho e das horas difíceis.

Aos professores que compartilharam as angústias, dúvidas e alegrias e que assim me ensinaram algo mais, em especial, a minha orientadora, a Professora Monica de Fátima, que sempre me incentivou e que me ajudou com muita dedicação a concluir este curso.

Em fim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram e me deram forças para concluir e realizar mais este tão sonhado desejo. O meu muito obrigado!

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. O SUJEITO-EDUCANDO DA EJA: IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO.....	8
3. METODOLOGIA.....	13
4. PERFIL DOS SUJEITOS DA EJA: ENTRE NOVOS E VELHOS PARADIGMAS.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
6. REFERÊNCIAS.....	19

O SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAÇOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

COSTA, Lindalva dos Santos¹

RESUMO

Esse artigo versa sobre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), situando os lugares que lhes são comuns e reconhecimento à diversidade que caracterizam o perfil sociocultural e etário desses educandos. Instigada pelas leituras, debates e vivências a partir de minha inserção no campo desta modalidade educativa, enquanto graduanda do Curso de Pedagogia da UEPB da área de aprofundamento em EJA aventurei-me em pesquisar e escrever sobre o perfil desses sujeitos. Alimenta minha busca, a construção de um melhor entendimento sobre esses sujeitos, com vistas a construir estratégias didático-pedagógicas, que me permite transitar com mais segurança na área da EJA. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, bem como entrevistas com os educandos da EJA de duas escolas públicas da rede municipal de ensino de Guarabira – PB. No percurso teórico-metodológico, regido pelos preceitos da pesquisa qualitativa, estabelecemos diálogos com os autores BEISIEGEL (1982), SILVA (2010), PAIVA (2009), MEC (2006), dentre outros. Os resultados levam à constatação de que, as práticas educativas que atuam nesse campo de saber, precisam considerar às necessidades históricas e sociais desses sujeitos, o que não se faz sem um diagnóstico claro de seu perfil, em todas às dimensões possíveis.

Palavras-Chaves: Educação de Jovens e Adultos. Educando. História em construção.

1 INTRODUÇÃO

Cada ser humano possui características únicas. O modo de pensar, agir, falar, e até os traços físicos, caracterizam uma determinada pessoa ou um determinado grupo de pessoas formando aquilo que chamamos de perfil. O perfil, por sua vez, está intimamente relacionado à identidade de cada ser. Na Educação este processo não é diferente, cada modalidade possui sujeitos com características comuns e diferenciadas, cujos traços formam o perfil dos sujeitos de cada modalidade. Por exemplo, os sujeitos da Educação Infantil possuem um perfil

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia na UEPB, Campus III. E-mail: lindalvacosta20@hotmail.com

diferente daqueles do Ensino Fundamental, que por sua vez, diferenciam-se dos que estão no Ensino Médio e, assim, sucessivamente.

Todavia, ao refletirmos sobre estas questões, indagamos sobre a importância desses elementos no âmbito do ensino. E renovamos as perguntas: O que podemos assinalar como comuns ou diferentes nas características dos sujeitos-educandos? Para além as questões etárias, sociais e econômicas, o que possuem em comum? O que os diferenciam? Estas questões possuem relação com o processo de ensino e aprendizagem?

No campo desta recente modalidade, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), os estudos e pesquisas empreendidos têm enfatizado que o perfil dos sujeitos é um elemento de suma importância para a organização adequada dos processos de ensinar a aprender, sobretudo considerando o compromisso com uma educação desenvolvida com esses sujeitos, em função dos seus interesses emancipatórios (PAIVA, 1997).

Assim, a educação de Jovens e Adultos vem sendo desenvolvida em diversas instâncias educativas, formais, não formais e informais, cujo legado traz uma herança marcada pela busca de reconhecimento de direitos e respeito a diversidades que lhes são inerentes. No âmbito da legislação, esta modalidade da educação foi inscrita na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96, constituindo-se como parte da Educação Básica. Configura-se como apropriada para as necessidades e condições específicas deste grupo, conforme vemos no Artigo quarto capítulo VII, da LDB:

Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1996).

Por meio de um levantamento bibliográfico prévio, identificamos a necessidade de estudos mais apropriados e aprofundados sobre o perfil dos sujeitos-educandos da EJA. De uma educação marcada, principalmente por pessoas adultas, a EJA vem passando por um crescente processo de rejuvenescimento, com implicações imediatas nas compreensões do fazer pedagógico junto a esse público. Esses reconhecimentos nos leva a questionar quais possíveis mudanças ocorreram neste perfil, desde o início da ação de uma educação voltada para jovens e adultos no Brasil? Mesmo que só tenha sido reconhecida como modalidade com a LDB de

1996, esta forma de educação já existia em âmbito nacional. O que se pode categorizar e afirmar com relação a esse perfil?

Nosso foco é discutir alguns traços do perfil desses sujeitos, pautando-nos na firme compreensão de que a educação para jovens, adultos e idosos, enquanto prática educativa e social, não pode prescindir de uma compreensão apurada sobre estas questões, como forma de oferecer uma educação de qualidade social para aqueles a quem o direito de estudar foi negado na idade tida como regular.

A escolha deste tema, por tanto, justifica-se frente à realização de uma atividade de campo, que despertou-nos o interesse sobre o perfil do sujeito da EJA. Questionamos se este perfil seria o mesmo ou se mudou (ou vem mudando) ao longo da história dessa modalidade. Assim, mesmo reconhecendo possíveis modificações nesse perfil, considerando as mudanças em curso em nossa sociedade, refletimos sobre as implicações históricas que, possivelmente, transformaram este perfil, uma vez que este pode não ter sido transformado, mas modificado em alguns aspectos, mediante tempos, contextos e processos históricos.

É justamente, esta questão, que pretendemos esclarecer e discutir neste artigo, oriundo de pesquisa qualitativa e bibliográfica com coleta de dados, por meio de atividade de campo, na qual desenvolvemos entrevistas com educandos da EJA de escolas das redes pública estadual e municipal.

2 O SUJEITO-EDUCANDO DA EJA: IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

Antes de traçarmos algumas características do perfil dos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é pertinente discutir um pouco sobre alguns acontecimentos que fazem parte da trajetória da mesma.

A EJA foi construída ao longo da história as margens das políticas públicas, com um caráter inicialmente emergencial em espaços improvisados e ações de voluntariado. Na década de 60 a EJA recebeu uma contribuição importante com a proposta de Educação Popular, tendo com colaborador Paulo Freire, na qual ocorreram diversas campanhas e movimentos populares em prol da alfabetização do jovem e adulto:

Os movimentos nascidos na segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos 1960 promoveram um salto qualitativo em relação às

campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou educação do campo da década de 1950. (SILVA, 2010, p.27)

Os movimentos sociais presentes nessa década influenciaram bastante nas lutas por políticas públicas e uma educação reconhecida para esse público que não teve oportunidade de frequentar a escola na idade regular. Na Paraíba, tivemos como forte movimento a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) criada em 1962, por um grupo de jovens da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba pertencentes aos quadros da Juventude Universitária Católica, que tinha como público alvo, empregadas domésticas e trabalhadores das construções.

Alguns autores com Beisiegel (1974), Haddad e Di Pierro (2000), Haddad (2001), Ribeiro (2001), Eugênio (2004), Arroyo (2005), Galvão e Di Pierro (2007) e Fávero e Soares (2009) defendem que a EJA possui uma trajetória sem registros de investimentos substanciais, no qual as iniciativas implementadas sempre em forma de campanhas, projetos ou programas visavam apenas à alfabetização de determinados grupos, reduzindo os sujeitos a meras competências com assinar o nome ou decifrar alguns códigos do mundo alfabético, com a intenção de diminuir os índices estatísticos.

Mesmo com alguns direitos assegurados a Educação de Jovens e Adultos, esta sempre foi permeada pela ideia de que o essencial para os educandos é aprender a assinar o nome, ler e contar. Talvez isso seja importante, mas, isso é só o ponto de partida para a aprendizagem dos educandos. Os jovens, adultos e idosos já chegam à escola com conhecimentos de mundo e diversas experiências. Os mesmos não querem permanecer no ponto de partida, desejam ir além, aprender o que não está no papel. Utilizar o que aprendem na escola em várias áreas da sua vida. Por isso, buscam intenção ou finalidade nos conteúdos socializados na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1971, lei nº 5.692/71, confere ao ensino de Jovens e Adultos um caráter de ensino supletivo, e com o mesmo padrão e características do Ensino Fundamental. Apesar da nova Lei (LDB nº 9.394/96) trazer uma nova perspectiva para Educação de Jovens e Adultos, possibilitando a sua organização dentro dos tempos e espaços disponíveis a realidade onde ela se efetiva, ainda permeia o caráter supletivo, como ensino de suplência aligeirado para suplemento à necessidade de certificação. Isto ocorre também devido a busca de

jovens e adolescentes pelo adiantamento dos estudos com a finalidade de adentrar ao mercado de trabalho ou em cursos técnicos disponíveis, neste viés, se acrescenta uma nova característica ao ensino supletivo, deixa de ser ensino para se configurar em exames.

Abrindo um parêntese, acreditamos que a Educação de Jovens e Adultos requer outras características que ultrapassam o ensino de suplência. Os educandos e educandas da EJA passam grande parte da sua trajetória de vida fora da escola, se deparar com uma educação aligeirada e abstrata é o que menos precisam. A volta à escola pelos sujeitos da EJA se dá pela busca por satisfazer suas necessidades particulares, leitura – escrita – trabalhos, e principalmente para a sua integração a sociedade letrada da qual fazem parte por direito. (cf. MEC, 2006).

Na configuração do atual cenário de mudanças geopolítica, econômica e ética na sociedade, apenas saber ler e escrever é insuficiente para participar integralmente dessa sociedade. É preciso saber sobre os determinantes que direcionam as mudanças sociais, como funciona o sistema vigente, quais direitos possuem frente a esta sociedade, pois já que cumprem seus deveres podem usufruir dos seus direitos de educação, moradia, alimentação saúde e segurança de qualidade. Para tal, os educandos da EJA, sujeitos da sociedade precisam aprender sobre o conhecimento científico historicamente acumulado, questionar e refletir sua realidade frente a este conhecimento, e promover a mudança das realidades desumanizadoras a sua volta.

O adulto e o jovem possuem importante papel representativo na sociedade, por isso sua educação deve também ter um papel representativo promovendo mudanças em suas vidas, respeitando os saberes, tempos e espaços desses sujeitos educandos, coisa que o ensino de caráter supletivo não contempla.

Antes da reforma do ensino de 1971, aconteceu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), esse movimento segundo Paiva (1973) apud Beisiegel (1982, p. 23) era “um movimento de educação popular de caráter marcadamente conservador” e se tornou a principal frente de educação de adultos na época. Esse movimento veio substituir os movimentos populares (MEB, MCP, CEPLAR, entre outros), orientados pelos procedimentos do educador popular Paulo Freire, atuantes antes do golpe militar de 1964 que ocasionou a ruptura desses movimentos e dos preparativos para o início das ações do Plano Nacional de Educação coordenado pelo educador Paulo Freire. (BEISIEGEL, 1982).

Com os programas de alfabetização do novo governo, a exemplo do Mobral, as pessoas supostamente alfabetizadas teriam acesso à vida política com direito ao voto, uma vez que já eram “alfabetizados”; destacamos o termo alfabetizados porque era uma alfabetização que só se preocupava em que os sujeitos escrevessem o nome para votar. O governo não estava preocupado em erradicar o analfabetismo de forma crítica. O texto da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura - UNESCO chega a dizer que:

durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos, promovida pelo governo, colaborou na manutenção da coesão social e na legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. (UNESCO, 2008, p. 24).

Neste sentido, o objetivo do Mobral era erradicar o analfabetismo no país, no entanto, não conseguiu cumprir seu objetivo e foi extinto em 1985 com a chegada da democracia. Em seu lugar, foi criada a Fundação Educar com o propósito de estimular a leitura, passando a produzir e distribuir gratuitamente livros educativos para crianças e adolescentes, criando oportunidades para que o jovem descubra em si o potencial que o torna capaz de transformar sua realidade, a de sua escola e a de sua comunidade.

Com o mesmo intuito temos o Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação (MEC), lançado em instância nacional no ano de 2003. O Programa tem por objetivo elevar a escolaridade dos jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não frequentaram ou não tiveram acesso à escola, na idade adequada, este se desenvolve em parceria com estados, municípios, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil.

A contribuição da Constituição Federal de 1988 para a EJA atendeu aos reclamos da sociedade pelo direito dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental, obrigando os poderes públicos a oferecerem gratuitamente, comprometendo assim os governos com a superação do analfabetismo e a provisão do ensino elementar para todos. Assim, através do seu artigo 208 fica assegurada a oferta gratuita do ensino para todos que a ele não tiveram acesso na idade tida como regular. (UNESCO, 2008).

No entanto, as ações governamentais direcionadas para a educação nos anos 1990, não conseguiram alcançar o objetivo da Constituição de 1988, dando

ênfase à universalização do ensino fundamental, deixando os outros níveis e modalidades de educação, a exemplo da EJA, para segundo plano. Na mesma década de 1990, a Fundação Educar foi extinta e a Educação de Jovens e Adultos passou a ser responsabilidade dos municípios ou das organizações sociais que atuavam ao lado de programas como Alfabetização Solidária ou o Movas – Movimentos de Alfabetização. (UNESCO, 2008).

Na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 a Educação de Jovens e Adultos foi instituída como modalidade de ensino. Na seção V, vemos a retificação do ensino gratuito aos jovens e adultos que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, e asseguarção de oportunidades apropriadas, consideradas as características dos educandos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (cf. BRASIL, 1996).

Em sequência, no ano de 1997, foi realizada na cidade de Hamburgo-Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), considerada como outro marco importante para a EJA. Essa conferência teve a presença importante de diferentes parceiros, sobretudo da sociedade civil. Na ocasião pretendeu-se discutir o processo de aprendizagem dos Jovens e Adultos, cujo desenvolvimento acontece de maneira formal ou informal, uma vez que os jovens e adultos tem contatos com ambientes foras da educação formal da escola, nos quais, também, desenvolve seus conhecimentos e habilidades, promovendo a participação efetiva de homens e mulheres em todas as esferas da vida social.

No ano 2000, a Educação de Jovens e Adultos, ganha importantes ferramentas de fundamentação, as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos e os Parâmetros Curriculares Nacionais, além disso, conquista um forte espaço de debates em eventos como os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos - ENEJAS e Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - FÓRUNS, nos quais são discutidas experiências importantes na estruturação e objetivos da EJA.

Esses acontecimentos influenciaram e influenciam a Educação de Jovens e Adultos nos dias atuais. A mesma constrói aos poucos um novo cenário, buscando alcançar a efetivação dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, além da ampliação da oferta de políticas públicas:

A Educação de jovens e Adultos na contemporaneidade, adquire um novo sentido. Tal sentido é fruto das práticas que se vão fazendo nos espaços que educam nas sociedades: escolas, movimentos sociais, trabalho, práticas cotidianas. Assim desenvolvida, legitima-se por meio de ordenações jurídicas, de acordos firmados e aprovados pelas instâncias de representação que conformam as normas da ordem social (PAIVA, 2009, p.22).

Em 2007 a modalidade foi incluída no Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB). Outro acontecimento marcante para a trajetória da Educação de Jovens e Adultos foi a VI CONFINTEA, ou Marco de Ação de Belém como ficou conhecido, que ocorreu em 2009 no Brasil no estado do Pará. A mesma trazia como pauta a melhoria de acesso a processos de educação e aprendizagem de qualidade, e a proposta de educação ao longo da vida. Uma educação pautada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, garantindo a equidade.

Situamo-nos sobre as diversas ações e marcos que beneficiaram a construção da Educação de Jovens e Adultos, essas construções interferiram na configuração dos sujeitos da EJA, um público sempre igual no sentido de serem educandos da classe popular marcados pelas experiências de vida, e pela exclusão social que a condição de analfabetos lhe impunha.

3 METODOLOGIA

Este artigo segue a linha de pesquisa qualitativa, no qual a compreendemos como um processo que privilegia uma visão mais crítica dos fenômenos estudados, por meio de uma relação direta entre o pesquisador e o objeto pesquisado do mundo real. Pautamo-nos em Chizzotti (2005) quando este afirma ser

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 2005, p.79),

Para tal, realizamos um estudo bibliográfico e uma pesquisa tendo como sujeitos de análise desta, os alunos da Educação de Jovens e Adultos das seguintes escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo e da Escola Raul de Freitas Mouzinho. Ambas as escolas estão localizadas na cidade de

Guarabira, na pesquisa, participaram no total geral 25 alunos na faixa etária dos 16 aos 47 anos de idade.

Efetivamos nestas escolas, entrevistas com os educandos da EJA, com o objetivo de identificar o perfil destes e suas características. Para alcançar nosso objetivo usamos de uma entrevista semiestruturada com cada aluno, educando da EJA. Dentre as perguntas que foram feitas, destacamos: *Porque saiu da escola? Quando retornou? Quais as principais dificuldades que enfrenta para estudar?* O resultado extraído foi de essencial importância para o desenvolvimento deste artigo.

4 O PERFIL DOS SUJEITOS DA EJA: ENTRE NOVOS E VELHOS PARADIGMAS.

Compreendemos a Educação de Jovens e Adultos conforme apresenta a LDB 9.394/96, como um direito ao acesso a educação e continuidade de estudos dos educandos da EJA, mediante a negação desse direito da idade tida como regular. A educação brasileira possui uma dívida enorme com esse público, que por anos foi marginalizado do contexto da educação, tendo acesso apenas a campanhas e ações estanques de alfabetização, insuficientes para suprir a necessidade não só da alfabetização, como também da Educação.

Pensar a Educação de Jovens e Adultos implica pensar o perfil do público alvo dessa educação, pois qualquer área ou nível de ensino precisa ter clareza do perfil do seu público para considera-lo na oferta de uma educação comprometida com os interesses sociais dos seus educandos, direito de cidadania e função social da escola e da educação. Nesta perspectiva, a LDB de 96 configura o sujeito da EJA como sujeito de direitos, e permite a abertura para as instituições de ensino pensar a oferta da educação regular para jovens e adultos, mediante as suas necessidades e disponibilidades do contexto social no qual estão inseridos, garantindo a esses sujeitos, oriundos de uma vida com grandes jornadas de trabalho, o acesso e a permanência na escola.

É importante considerarmos que escola não é o único espaço de aprendizagem, troca de saberes e experiências dos jovens e adultos educandos. Os espaços formativos são diversos, uma vez que a educação informal faz parte do cotidiano da vida de todos os educandos, acontecendo na família, nas igrejas, comunidades, associações sindicais e de bairros, entre outros. Os jovens, adultos e

idosos em sua maioria participam ativamente desses espaços construindo assim novos conhecimentos, atitudes e habilidades, com isso torna-se protagonista de sua vida, sua história e conseqüentemente de sua aprendizagem.

A partir dessa discussão podemos refletir sobre as questões que permeiam o perfil dos educandos da EJA. Os educandos da EJA, jovens, adultos e idosos são pessoas das classes populares, em sua maioria, oriundos do campo ou de cidades pequenas, que por algum motivo não frequentaram a escola na idade regular. Muitos acreditam que não estudaram por terem fracassado e não culpam a exclusão que o sistema lhes impõe. A ideologia faz com que os mesmos se culpem pela condição de analfabeto. Na realidade sabemos que estes não estudaram devido à irresponsabilidade do sistema que negou este direito.

Apesar de a lei garantir o acesso e a permanência ao ensino regular, ainda existem muitas causas que impedem esses educandos de frequentarem a escola: as inadequações do sistema, métodos e práticas escolares, condições socioeconômicas desfavoráveis, a necessidade de inserir-se no mundo do trabalho para garantir o próprio sustento e o da família, entre outros. Em nossa pesquisa podemos identificar algumas dessas outras causas que dificultam o acesso à escola, quando indagamos sobre as principais dificuldades que enfrentam para estudar:

“Distância e a violência no caminho de casa para a escola”, 16 anos, mulher.

“A dificuldade é porque a escola é muito longe”, 16 anos, homem.

“Tenho problemas de vista”, 19 anos, homem.

“A dificuldade é porque saiu muito tarde do trabalho e estou cansada, não tenho mais disposição para ir à escola”, 16 anos, mulher.

“Estrutura da escola”, 24 anos, homem.

“Entender alguns conteúdos”, 16 anos, homem.

Se observarmos veremos que essas dificuldades pouco mudaram com o tempo, a diferença é que hoje a oferta do ensino regular é mais abrangente, do que foi no passado. É o que podemos observar na fala dos educandos entrevistados, quando perguntado sobre as causas de terem, um dia, abandonado a escola:

“Distância de casa”, 24 anos, homem.

“Reprovação”, 16 anos mulher.

“Para cuidar da família”, 39 anos, mulher.

“Devido ao trabalho”, 18 anos, homem.

“Porque casei, aí veio os filhos”, 38 anos, mulher.

“Brigava muito na escola”, 47 anos, mulher.

“Não saí, apenas repeti muitas séries”, 16 anos, homem. Essa resposta foi dita por vários alunos.

Contudo, vemos que essas dificuldades não impedem que esses educandos voltem a estudar. Eles estão entre os milhões de jovens e adultos que procuram a escola e almejam não só aprender as lições básicas como também usar o que aprendem no seu cotidiano. Ao voltarem pra escola, não só buscam aprender o que facilitará sua rotina diária, como também, se sentem membros reconhecidos pela sociedade que buscam exercer seus direitos e ter voz participativa nos lugares em que seus direitos não estão se efetivando, o que os leva a lutar pelo direito de uma vida digna, pautada nos princípios da cidadania democrática. Por isso, desejam saber como os conteúdos socializados na escola podem ajudá-los dentro e fora da mesma, ter vários olhares sobre o mesmo objeto e se apropriarem do mundo da leitura que proporciona conhecimento e sobrevivência de mundo.

Continuando nossas conversas, orientadas pela entrevista, registramos a resposta da pergunta: Por que retornou a escola? A resposta saía com palavras de firmeza e alegria, deparando-se com uma realidade de contradições:

“Para terminar os estudos”, 16 anos, mulher.

“Porque deu vontade de estudar de novo”, 38 anos, mulher.

“Com o objetivo de melhorar os conhecimentos”, 24 anos, homem.

“Para não atrasar os estudos”, 16 anos, homem.

“Com o objetivo de ter oportunidades de emprego”, 39 anos, mulher.

“Com o desejo de aprender mais”, 47 anos, mulher.

No livro Alunos e Alunas da EJA publicado pelo MEC, encontramos um depoimento que se encaixa bem no contexto dessas falas:

A escola aparece como um direito roubado nos tempos do esconde-esconde e hoje resgatado com o passo lento do reumatismo, com as noites sem namoro e com a ausência na mesa do jantar. Os homens voltaram mais cedo e as mulheres primeiro formaram seus filhos. (MEC, 2006, p. 11).

Diante da realidade escolar atual, compreendemos que o desafio está em construir uma escola na qual educandos e educadores, tenham por tarefa provocar e produzir novos conhecimentos, principalmente que contribuam para a afirmação na vida cotidiana dos educandos:

Os jovens e adultos buscam na escola, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Como cidadãos e trabalhadores que são, esses alunos querem se sentirem sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente". (MEC, 2006, p. 11).

A escola precisa pensar uma proposta de educação voltada às configurações do perfil desses sujeitos que passaram tempos longe da escola, e por isso, precisam de um acolhimento paciente, pois a escola de hoje é diferente da de antes. Isto requer do educador um jogo de cintura para que esse educando aceite e se acostume com as novas formas de aprender. Ao considerar o fato de que muitos não são alfabetizados, a escola deve oferecer uma proposta de educação em que a alfabetização e o letramento aconteçam simultaneamente.

Não se pode esquecer, que os educandos da EJA são sujeitos marcados pela exclusão e preconceitos por suas condições sociais e de analfabetismo, por isso, a escola precisa respeitar e acolher esses sujeitos, incluindo-os como membros importantes da sociedade, a fim de desconstruir a ideia de que o analfabetismo é causa da pobreza, sendo que este é na verdade, resultado da pobreza.

Outro fator que tem marcado o perfil dos sujeitos da EJA, segundo contemplamos em nossas pesquisas, que é juvenilização nessa modalidade de educação, muitos jovens e até adolescentes tem procurado a EJA como meio de abreviar e adiantar os estudos. Há a presença marcante não só de jovens como também de idosos, sendo que temos visto mais jovens e idosos do que adultos nas salas de aula da EJA.

Em termos de ocupação podemos dizer que a EJA possui sujeitos que exercem diferentes atividades: trabalhadores do campo, taxistas, donas de casa, vendedores (as), diaristas, empregadas domesticas, aposentados, entre outros.

Os jovens, adultos e idosos chegam à escola com um vasto conhecimento de mundo, suas vivências e experiências proporcionam aos mesmos saberes essenciais que devem ser valorizados e reconhecidos pelo educador. Esses sujeitos tem uma relação muito forte com o mundo do trabalho e com a comunidade em que vivem. Esse é outro aspecto que deve ser levado em consideração pelo educador na sua prática pedagógica, pois se trata de sujeitos que exercem diferentes atividades: trabalhadores do campo, taxistas, donas de casa, vendedores (as), diaristas, empregadas domésticas, aposentados, entre outros.

Portanto a importância de relacionar os conteúdos com o trabalho dos educandos, além disso, os saberes daqueles que são membros de associações ou outros grupos. Assim, os educandos reconhecerão a importância dos conhecimentos prévios para a construção de novos conhecimentos e aprendizagens. Diferente das crianças que estão em processo de construção de saberes, são homens e mulheres que já possuem crenças e valores constituídos. Isto não descarta que estes queiram aprender mais, sobretudo para promover seu desenvolvimento pessoal, foi o que pudemos identificar nas falas das entrevistas:

“Gostaria de aprender inglês e matemática, tenho muita dificuldade nestas disciplinas”, 16 anos, homem.

“Aprender de tudo e todas as matérias”, 38 anos, mulher.

“Cálculos”, 24 anos, homem.

“Informática”, 39 anos, mulher.

“Redação”, 18 anos, homem; 16 anos, mulher.

É aí que entra a ação mediadora dos educadores da EJA. Ação de possibilitar ao sujeito acesso as variadas fontes de conhecimento, fazendo ligação desses conhecimentos historicamente construídos e acumulados com a realidade dos educandos. A tarefa do professor da Educação de Jovens e Adultos é estreitar a distância entre o que esperam os alunos e o que oferece a escola. Embora tenhamos identificado a ausência de formação e apoios pedagógicos a esses professores, encontramos uns tantos que se comprometem com a EJA vendo nela a possibilidade de mudança na vida de seus alunos; mudança e emancipação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, tentamos traçar pontos cruciais que permeiam o perfil dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Assim expomos elementos das discussões em sala de aula, trocas de experiências, coletas de dados, vídeos, além dos resultados de pesquisas bibliográficas e de campo.

As ideias aqui discutidas são apenas o início de muitas reflexões sobre o tema, o qual pouco identificou uma bibliografia específica que trate diretamente do perfil dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, que aborde questões como: quem são os sujeitos da EJA? Como pensam? Onde trabalham? Quais lugares

transitam? Quais as marcas do preconceito social que carregam? Dentre outros questionamentos acerca deste perfil.

Portanto, tentamos traçar alguns desses aspectos mediante leituras e debates sobre o perfil dos sujeitos da EJA. Ao considerarmos que o conhecimento é inacabado, flexível e construído através de estudos e pesquisas, acreditamos que muitas reflexões podem ainda surgir enfatizando este tema, que é essencial e necessário para subsidiar o trabalho do educador na Educação de Jovens e Adultos que precisa diagnosticar e considerar claramente todas as dimensões do perfil dos sujeitos da EJA.

Deixamos esta discussão em aberto, para novos acréscimos de traços do perfil dos sujeitos da EJA a serem identificados e refletidos, uma vez que este trabalho não contemplou todas as reflexões possíveis e pretendidas. Refletir sobre a educação e o perfil dos seus sujeitos são uma tarefa inacabada que se encontra na dialética das relações sociais e culturais, e que deve ser pensada dentro dos contextos históricos de cada época.

6 REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e Alunos da EJA*. Brasília, 2006.

PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudanças*. In: Educação de Jovens e adultos/ [orgs. J. Paiva, I. B. Oliveira]. – Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2009.

SANTOS, Lindalva Costa. *et. al.* As tecnologias na alfabetização de jovens e adultos. In: LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; BUHNE, Antonaide Rodrigues. *Troca de ideias: Tentames sobre educação e tecnologias da informação e comunicação*. João Pessoa: Gráfica e Editora Imprim, 2013. pp. 61-73.

SILVA, Jerry Adriani da. *Um estudo sobre as especificidades dos/as educandos/as nas propostas pedagógicas de educação de jovens e adultos – EJA: tudo junto e misturado!* Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010, 191 p.

UNESCO. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática*. – Brasília: UNESCO, 2008.

UNESCO/MEC. *Sexta Conferência internacional de educação de adultos: Marco da Ação de Belém*. Brasília: MEC, 2010.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09 set. 2012.

FÁVERO, Osmar & JUNIOR, Everaldo Ferreira Soares. *CEPLAR – Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962- 1964)*. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v.17, nº 2, jul/ dez, 1992. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/doc.ceplar..pdf>. Acessado em: 02 de Março de 2011.

OLIVEIRA, Emanuelle. *Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA)*. [http://www.infoescola.com/educacao/conferencias-internacionais-de-educacao-de-adultos-confintea/](http://www.infoescola.com/educacao/conferencias-internacionais-de-educacao-de-adultos-confinte/). Acesso em 29 de agosto de 2013.